

Antiguidade européia e modernidade latino-americana:  
a Tradição Clássica como matriz de identidades<sup>[1]</sup>  
(European Antiquity and Latin American Modernity:  
Classical Tradition as model for identities)

Fábio Duarte Joly<sup>[2]</sup> ([joly@uol.com.br](mailto:joly@uol.com.br))

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

---

## RESUMEN

Este artículo presenta una discusión general a cerca de las identidades culturales en Latinoamérica y sus formulaciones desde matrices europeas, sobre todo aquellas basadas en la cultura greco-romana. Se discute que si la Antigüedad clásica proveyó parámetros iniciales a la comprensión del Nuevo Mundo, también ha contribuido para el obscurecimiento de posibilidades alternativas de identidades.

**PALABRAS-CLAVES:** Identidad, Latinoamérica, Tradición Clásica, Eurocentrismo, Colonialismo.

## ABSTRACT

This article presents a discussion, in general guidelines, about Latin American cultural identities as modeled from European patterns, especially those derived from Greco-Roman culture. It is argued that if Classical Antiquity has, on the one hand, provided some starting parameters for a comprehension of New World reality, on the other hand, it also has contributed to conceal other possibilities of forging alternative identities.

**KEYWORDS:** Identity, Latin America, Classical Tradition, Eurocentrism, Colonialism.

Se há um denominador comum à cultura dos países latino-americanos é o fato de, muitas vezes, reconstruírem seus passados a partir da experiência européia, seja como modelo ou contra modelo. Processo em que, muitas vezes, histórias locais foram (e ainda são) subjugadas por uma história européia que se apresenta como História universal e cujas bases são projetadas na Antiguidade greco-romana. Não há, portanto, como deixar de lado, para a compreensão e crítica dessa dinâmica, a influência da tradição clássica.

Iniciemos com o significado de “tradição clássica”. Jacyntho Lins Brandão, professor de Língua e Literatura Grega na Universidade Federal de Minas Gerais, fornece-nos uma definição preliminar para essa discussão. Diz ele que entende por tradição clássica:

a transmissão de um imaginário cujo ponto de partida se encontra na cultura greco-romana, imaginário que se apresenta como elemento dinâmico na configuração de diferentes culturas, ou seja, como aquilo em que se investe de modo diversificado até o ponto de poder-se dizer que conforma uma tradição comum porque já não mais de ninguém em particular. Já os estudos clássicos estão diretamente relacionados com a transmissão escolar dessa tradição, domínio em que sempre teve papel fundamental o estudo do grego e do latim<sup>[3]</sup>.

Mas o que significa “cultura greco-romana”? Quais foram seus limites espaciais e temporais? Em que medida foi homogênea ou hegemônica? De certo, temos apenas à disposição um conjunto de obras –em latim e grego– a partir dos quais derivamos *uma* cultura. Mas tais obras não foram produzidas num mesmo tempo e lugar, não formam um mundo literário contemporâneo e tampouco representam algum período ou sociedade particular. Representam antes a condensação de todas as sociedades, culturas e séculos que lhes produziram<sup>[4]</sup>. São resultados de um longo processo de acúmulo e descarte de textos, que se iniciou já na

Antiguidade: o predomínio das fontes em grego e latim –copiadas e recopiadas ao longo dos séculos– representa a difusão de uma cultura de elite em detrimento de outras tradições lingüísticas, como a ibérica, a galo-grega e a púnica<sup>[5]</sup>.

Se essa tradição clássica não tem, *per se*, uma coerência interna, como essa é então elaborada? Os estudos clássicos não apenas transmitem uma tradição, mas sobretudo ordenam as informações contidas nas fontes que a constituem. Não é o caso aqui de traçar uma genealogia dos estudos clássicos. Entretanto, dois marcos são distinguíveis: o Humanismo renascentista e a institucionalização acadêmica da História no século XIX, em especial na Alemanha, quando se cria uma “ciência da Antiguidade” (*Altertumswissenschaft*)<sup>[6]</sup>. Marcos aparentemente distantes no tempo, mas profundamente interligados.

A constituição da História como disciplina universitária no século XIX reveste-se de importância para a compreensão da forma atual assumida pela História Antiga e pela história dos Estados europeus e latino-americanos. No Oitocentos a escrita da História caminhava de mãos dadas com a idéia de “nação”. Não por acaso o conceito, hoje corrente, de cidade-estado, usado para traduzir o termo grego *polis* e o termo latino *civitas*, originou-se na historiografia do século XIX que via nas cidades gregas e em Roma Estados nacionais em ponto pequeno<sup>[7]</sup>. Ainda, nesse sentido, estudamos hoje uma “História da Grécia”, embora os testemunhos literários sejam quase exclusivamente atenienses, ou seja, de uma única cidade. A História da Grécia é narrada como a história de uma nação politicamente dividida em várias cidades, muitas vezes em guerra entre si, e partilhando uma unidade cultural ou quanto muito racial (também falamos dos “gregos” como se constituíssem um povo). A História de Roma é contada como a história da contínua expansão militar de uma cidade até a constituição de um império, com características de um Estado nacional moderno, com seu exército, território e tributação. A historiografia do século XIX sobre Alexandre Magno, evidenciada por nomes como Johann. G. Droysen (quem formulou o termo “Helenismo”), Georg Grote e Victor Duruy, igualmente reflete o contexto oitocentista da formação dos Estados nacionais e construção de impérios coloniais, oscilando entre ressaltar o militarismo e o comércio nas interpretações da montagem do império de Alexandre<sup>[8]</sup>.

Classificar essas formulações como anacronismos não nos levaria muito longe. Estamos diante de uma determinada relação entre Antiguidade e Modernidade, cujas conseqüências desdobram-se na formação de identidades. Está claro que, quando pensamos hoje, seja na Europa, seja na América Latina, em História Antiga, referimo-nos imediatamente a uma História Antiga *da Europa*, entendida não de um ponto de vista absolutamente geográfico, mas político-ideológico. A própria história do Antigo Oriente Próximo – espaço territorial extra-europeu –, como parte integrante da História Antiga, é estudada a partir de uma visão eurocêntrica, como se fosse uma pré-história européia: a região de surgimento das primeiras cidades e da escrita, formas políticas e culturais que paulatinamente se deslocariam para o Ocidente, contribuindo para a formação de uma cultura européia.

Teríamos assim uma seqüência de “civilizações”: Oriente => mundo grego => mundo romano pagão e cristão => mundo cristão medieval => mundo moderno europeu<sup>[9]</sup>. As épocas grega e romana são tomadas como centros da história mundial, cujo auge estaria na formação dos Estados nacionais. Trata-se de ver a História mundial de uma perspectiva européia. Quais as conseqüências dessa ideologia para a construção de memórias e identidades na América Latina?

Em primeiro lugar, os estudos clássicos, ao reforçarem a idéia de uma Europa autogerada, cujas raízes remontam à Grécia clássica, deixam em segundo plano o fato de que, nas palavras de Aníbal Quijano, Europa e América produziram-se, histórica e mutuamente, como as duas primeiras novas identidades geoculturais do mundo moderno. Isto é, os europeus persuadiram-se que, de algum modo, produziram-se a si mesmos como civilização, à margem da história iniciada com a América, culminando numa linha independente que começava com a Grécia como única fonte original<sup>[10]</sup>. Essa autopersuasão foi, sem dúvida, reforçada e legitimada academicamente no século XIX com a escrita da História. Todavia, seu nascedouro é bem

anterior, localizado no Humanismo europeu dos séculos XV e XVI, que se deparou com o “descobrimento” da América.

A contribuição dos pensadores do Renascimento para a existência da História Antiga é bem conhecida. O Renascimento significou o restabelecimento de uma ligação com a Antiguidade, ligação essa rompida durante um período intermediário, uma idade das trevas (*tenebrae*), no dizer de Petrarca. No século XVII surge uma primeira história da Idade Média, escrita pelo alemão Christophher Keller em 1688, cobrindo da ascensão de Constantino, o Grande, até a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453 (*Historia Medii Aevi a temporibus Constantini Magni ad Constantinopolim a Turcis captam deducta*).

Foi precisamente no contexto da queda de Constantinopla em mãos turcas que a Europa tornou-se sinônimo de Cristandade. A partir do século XV, o termo “Europa” torna-se cada vez mais usual, incorporando duas tradições: a tradição clássica e a tradição cristã. A difusão do ensino do grego e latim nas escolas e universidades e escolas, a circulação dos textos clássicos, alguns já traduzidos nas línguas vernáculas, e as primeiras publicações sobre temas da história da Grécia e Roma delinearão os limites de uma cultura de elite, que não teve dificuldades em compor com a tradição cristã.

Por exemplo, o humanista espanhol Juan Luis Vives (1492-1540) comparou o avanço dos turcos e a distinção feita pelos gregos antigos entre Europa e Ásia. Em seu diálogo sobre as guerras na Europa e conflitos com os turcos (*De Europae dissidiis et bello turcico dialogus*), de 1526, Vives relata como toda invasão asiática da Europa sempre foi derrotada e cita exemplos das batalhas de Maratona e Salamina, dentre outras, como ilustração. A partir do princípio do século XVII, os mapas passam também a classificar a Europa como um continente cristão. No *Atlas Minor*, do holandês Jodocus Hondius, publicado em Amsterdã em 1607, com o subtítulo *Designatio orbis christiani*, a Europa é apresentada como o continente mais nobre por ser cristão, enquanto a América é apresentada como uma região “onde os habitantes originais não conhecem Cristo e idolatram o Demônio, exceto naqueles lugares onde os espanhóis estabeleceram colônias”<sup>[11]</sup>.

A colonização da América não foi apenas uma empresa militar e econômica, pois significou também uma ação cultural, que se processou inicialmente por uma política linguística empreendida por espanhóis e portugueses. A associação entre língua e império sempre foi algo ressaltado pelos humanistas europeus. O italiano Lorenzo Valla, no prefácio de sua *Elegantiae Linguae Latinae* (1440), inter-relacionava a expansão do latim com aquela do Império Romano: “Onde está o Império Romano, também domina a língua romana” (*ibi namque Romanum imperium est, ubicunque Romana lingua dominatur*)<sup>[12]</sup>. Na América, o espanhol e o português tornaram-se as línguas a serem impostas às populações locais, o que não implica que isso de fato ocorresse facilmente. Em 1647, em sua obra *Politica Indiana*, o jurista espanhol Juan de Solorzano y Pereyra observou: “Causa tristeza que os romanos e gregos conseguissem dar sua língua aos vencidos, enquanto nós não conseguimos isso com os índios”<sup>[13]</sup>.

Essa frase demonstra como, com o início da colonização da América, inicia-se não apenas a organização colonial do mundo, mas –simultaneamente– a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória. Dá-se início ao longo processo que culminará nos séculos XVIII e XIX, quando, pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo– todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados –numa grande narrativa universal, que tem na Europa o centro geográfico e a culminação do movimento temporal<sup>[14]</sup>. Os índios americanos são inseridos num processo de constituição de memória alheio à sua cultura: são comparados aos povos vencidos por gregos e romanos, que, no caso moderno, são representados pelos espanhóis. Por meio dessa comparação calcada na tradição clássica, a história indígena passou a fazer parte da história européia, isto é, de outra narrativa que ordena e confere inteligibilidade a seus eventos e fatos.

Um exemplo interessante desse procedimento é nos oferecido, no século XIX, pela obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, *L'Origine Touranienne des Américains Tupis-Caribes et des Ancients Egyptiens. Indiquéé principalement par la philologie comparéé: traces d'une ancienne migration en Amérique, invasion du Brésil par les Tupis, etc.*, publicada em Viena em 1876 e produto das viagens de Varnhagen ao Brasil. Nesse curioso escrito Varnhagen propõe-se a demonstrar sua hipótese de que os tupis, grupo indígena que habitava terras brasileiras, eram antepassados dos cários, um povo da família dos egípcios, citado por autores antigos como Heródoto, Tucídides e Estrabão. Seu argumento reside na semelhança entre algumas palavras tupis e egípcias, o que apenas poderia ser explicado, em sua opinião, por um movimento migratório pelo mar que teria trazido os cários até a América. Nos termos do historiador Temístocles Cezar, Varnhagen torna o índio “um ‘primitivo’, uma testemunha das origens da humanidade. [...] lança os índios brasileiros, os tupis, agora antigos, em um passado remoto, supostamente histórico, de qualquer modo em um tempo que não mais lhes pertence”<sup>[15]</sup>.

Voltando à historiografia humanística, cabe notar que, inicialmente, o recurso à tradição clássica combinou-se com o desconhecimento da realidade americana. Nem Pedro Mártir de Angleria nem Hernán Pérez de Oliva, humanistas espanhóis que produziram os primeiros relatos históricos sobre a América viajaram ao novo continente. Compuseram suas obras a partir de informações e textos de terceiros. Mas o apelo aos clássicos não se justifica apenas por uma questão presencial. A tradição clássica fornecia, por um lado, modelos estilísticos, e, por outro, uma chave de leitura que aproximava a realidade americana do público europeu.

Até o século XVIII uma concepção da história como “mestra da vida” ligava antigos e modernos: o estudo do passado era, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre sua repetição no presente, uma idéia que depois entraria em crise com a Revolução Francesa e sua ênfase no progresso<sup>[16]</sup>. Essa concepção permitia um diálogo entre os cronistas espanhóis e os autores gregos e latinos, em que esses últimos eram tomados como fontes de autoridade e, portanto, de convencimento. Assim, Gonzalo Fernández de Oviedo serviu-se da *História Natural*, de Plínio, o Velho, como modelo para sua *Historia General y Natural de las Indias*, cuja primeira parte foi publicada em 1535 trazendo uma descrição da natureza e dos homens do Novo Mundo<sup>[17]</sup>. Nela argumenta que o recurso a autores antigos atribui credibilidade à sua obra<sup>[18]</sup>. Fray Bartolomé de las Casas, que compôs uma *Historia de las Indias*, era igualmente versado na literatura antiga e suas citações vão muito além de Aristóteles, que esteve no centro de sua querela, em 1550, com Juan Ginés de Sepúlveda sobre a dominação e escravização dos índios pelos espanhóis<sup>[19]</sup>. Mas nessa leitura dos antigos também se nota uma tensão. Como observou Karl Kohut, “na observação dos fenômenos naturais, os cronistas atentos descobriram muitos erros dos autores antigos, o que resultou no conflito entre o princípio de autoridade e o princípio da experiência”<sup>[20]</sup>.

Talvez não seja arriscado ver já nessa tensão um prenúncio do que Walter Mignolo chamou de “dupla consciência”, característica principal do imaginário do mundo moderno-colonial, entendida como “consequência da colonialidade do poder e a manifestação de subjetividades forjadas na diferença colonial”<sup>[21]</sup>. Na cultura dos conquistadores dos séculos XV e XVI essa dupla consciência manifesta-se em determinada apropriação da tradição clássica para compor uma visão do Novo Mundo como extensão da Europa. Uma integração que, econômica e politicamente, foi obtida com a emergência do circuito comercial do Atlântico no século XVI, suplantando o Mediterrâneo como espaço de trocas comerciais e marcando uma íntima relação entre capitalismo, modernidade e colonialidade. A partir do século XIX, com o processo de independência das colônias espanholas e portuguesas, a dupla consciência expressou-se em noções como “hemisfério ocidental” e “nossa América”, figuras fundamentais do imaginário *criollo* (anglo-saxão ou ibérico), mas não do imaginário ameríndio ou afro-americano<sup>[22]</sup>. Ou seja, a América não é a Europa, mas também não se confunde com as populações autóctones. Enfim, uma tensão bem expressa pelo discurso de Simon Bolívar no Congresso de Angostura:

Não somos europeus, não somos índios, mas uma espécie média entre os aborígenes e os espanhóis. Americanos por nascimento e europeus por direito, nos vemos na obrigação de disputar contra os naturais os títulos de posse e de nos manter no país que nos viu nascer, contra a oposição dos invasores; logo, nosso caso é o mais extraordinário e complexo.<sup>[23]</sup>

A fala de Bolívar expressa um problema fundamental: como combinar matrizes européias e indígenas na definição de uma “identidade latino-americana”. É inegável que a matriz européia acabou por se sobrepor às matrizes locais. Como vimos, desde o século XV o fio condutor da definição dessa identidade foi eurocêntrico e excludente. A tradição clássica cumpriu um papel de não pouca relevância nesse processo. O senso comum que se formou em torno do conceito de “História Antiga” prioriza a história antiga da Europa e não uma história antiga da América Latina, fato que se repete nos currículos escolares e universitários, pelo menos no Brasil, mas creio que também nos demais países latino-americanos.

Isso nos leva a refletir não apenas sobre o ensino e pesquisa em História na América Latina, mas igualmente sobre uma determinada orientação eurocêntrica das ciências sociais. Não estou propondo aqui um abandono completo de uma perspectiva européia, rumo a um provincianismo acadêmico. Tal alternativa seria tão unilateral quanto a que se critica. Mas uma tomada de consciência faz-se necessária na prática como docente e pesquisador.

Nesse sentido, há que se questionar a apresentação da história européia como História Universal. No campo específico da História Antiga é um caminho ainda pouco desbravado. Pode-se citar como um de seus exemplos o livro de Martin Bernal, *Black Athena: The Afroasiatic roots of classical civilization*, em especial o volume I intitulado “The fabrication of ancient Greece, 1785-1985”<sup>[24]</sup>. Nele o autor faz uma crítica das teorias racistas do século XIX que propuseram uma imagem da Grécia como desvinculada da influência de povos semitas e africanos (como os egípcios) a fim de enaltecer um caráter intrinsecamente europeu da civilização grega, entendida como origem cultural do mundo ocidental. Se, por um lado, podem ser dirigidas ressalvas a Bernal quando ele tenta demonstrar, no segundo volume, a ocorrência de uma colonização egípcia da Grécia, por outro, não há como negar a pertinência de suas observações sobre a orientação eurocêntrica da historiografia moderna.

O reconhecimento da arbitrariedade dessa construção traz implicações para a crítica da força hegemônica do pensamento neoliberal e do modelo econômico capitalista. Tanto um quanto o outro são legitimados por uma visão da sociedade moderna como a forma mais avançada e normal da experiência humana, uma construção, a partir de uma Europa (ocidental), que pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal, de modo que a busca de alternativas à conformação profundamente excludente e desigual do mundo moderno exige um esforço de desconstrução desse caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal<sup>[25]</sup>. Um olhar sobre os limites conceituais da disciplina de História Antiga, como tradicionalmente estudada entre nós, e a lembrança de que outras “histórias antigas” são possíveis talvez seja um caminho para repensar nossas ligações culturais, seja com a Europa, seja entre os vários países latino-americanos.

Fecha de recepción: 28/ 02/09

Fecha de evaluación: 12/03/09

Fecha de aceptación: 13/03/09

## BIBLIOGRAFIA

A. QUIJANO, “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, em E. LANDER (Coord.),

A. VILANOVA, *La influencia de la mitología clásica en la literatura hispanoamericana colonial: los casos de Venezuela y Colombia en el siglo XVIII*, em *Actual*, 41 (1999) ([http://vereda.saber.ula.ve/mun\\_clas/geinves/influenciaviii.htm](http://vereda.saber.ula.ve/mun_clas/geinves/influenciaviii.htm)).

B. RECH, “Bartolomé de Las Casas und die Antike”, em W. REINHARD (Coord.), *Humanismus und Neue Welt*, Weinheim, Acta Humaniora, 1987, 167-198.

C. ALTAMIRANO, “Idéias para um programa de História intelectual”, *Tempo social*, 19 (2007), 9-17.

E. DUSSEL, “Europa, modernidade e eurocentrismo”, em E. LANDER (Coord.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*, Buenos Aires, Clacso, 2005, 55-70.

E. LANDER, “Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos”, em E. LANDER (Coord.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*, Buenos Aires, Clacso, 2005, 21-54.

G. WOOLF, “O poder e a difusão da escrita no Ocidente”, em A. K. BOWMAN, G. WOOLF (coords.), *Cultura escrita e poder no mundo antigo*, São Paulo, Ática, 1998, 104-121.

H. BENGSTON, *Einführung in die Alte Geschichte*, München, Biederstein Verlag, 1949.

J. L. BRANDÃO, “Os estudos clássicos no Brasil”, em C. P. HERNÁNDEZ, L. R. ALVAREZ (coords.), *Estudios clásicos en América en el tercer milenio*, Ciudad de México, Universidad Nacional Autónoma de México, 2006, 49-68.

K. KOHUT, “El humanismo español y América en el siglo XVI”, em Antonio Vilanova (Coord.), *Actas del X Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*, Barcelona, Promociones y Publicaciones Universitarias, 1992, v. 1, 475-484.

K. WILSON & J. van der DUSSEN (coords.), *The history of the idea of Europe*, London, Routledge, 1996.

M. BERNAL, *Black Athena: The Afroasiatic roots of classical civilization*, New Brunswick, Rutgers University Press, 1987.

M. H. HANSEN, *Polis and city-state: an ancient concept and its modern equivalent*, Acts of the Copenhagen Polis Centre, v. 5, Copenhagen, The Royal Danish Academy of Sciences and Letters, 1998.

N. L. GUARINELLO, “Uma morfologia da História: as formas da História Antiga”, *Politeia: História e Sociedade*, 3 (2003), 41-61.

P. PAYEN, “Conquista e influências culturais. Escrever a história da época helenística no século XIX (Alemanha, Inglaterra, França)”, em F. M. PIRES, M. SUANO (coords.), *Antigos e Modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*, São Paulo, Alameda, 2009, 71-98.

R. KOSELECK, *Futuro Pasado: Para una Semántica de los Tiempos Históricos*, Barcelona, Paidós, 1993.

T. CEZAR, “A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis”, em M. L. S. GUIMARÃES (Coord.), *Estudos sobre a escrita da história*, Rio de Janeiro, 7Letras, 2006, 29-41.

W. D. MIGNOLO, “A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade”, em E. LANDER (Coord.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências*

W. REINHARD, “Sprachbeherrschung und Weltherrschaft. Sprache und Sprachwissenschaft in der europäischen Expansion”, em W. REINHARD (Coord.), *Humanismus und Neue Welt*, Weinheim, Acta Humaniora, 1987, 1-36.

[1] Este artigo tem como base comunicação apresentada na mesa-redonda “Passados reconstruídos: a invenção dos futuros possíveis”, no IV Foro Latinoamericano “Memoria e Identidad”, promovido por Signo - Centro Interdisciplinario, de 25 a 28 de outubro de 2007, em Montevidéu, Uruguai. Agradeço aos professores Luiz Henrique Sá da Nova (UFRB) e Nuno Gonçalves Pereira (UFRB) pelos comentários durante sua escritura.

[2] Mestre e Doutor em História pela Universidade de São Paulo, Brasil. Professor adjunto de História Antiga e Medieval na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

[3] J. L. Brandão, “Os estudos clássicos no Brasil”, em C. P. Hernández, L. R. Alvarez (Coords). *Estudios clásicos en América en el tercer milênio*, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 2006, p. 49.

[4] N. L. Guarinello, “Uma morfologia da História: as formas da História Antiga”, *Politeia: História e Sociedade*, 3 (2003), p. 55.

[5] G. Woolf, “O poder e a difusão da escrita no Ocidente”, em A. K. Bowman, G. Woolf (Coords.), *Cultura escrita e poder no mundo antigo*, São Paulo, Ática, 1998, p. 115.

[6] H. Bengtson, *Einführung in die Alte Geschichte*, München, Biederstein Verlag, 1949, p. 6.

[7] Cf. M. H. Hansen, *Polis and city-state: an ancient concept and its modern equivalent*, Acts of the Copenhagen Polis Centre, v. 5, Copenhagen, The Royal Danish Academy of Sciences and Letters, 1998.

[8] P. Payen, “Conquista e influências culturais. Escrever a história da época helenística no século XIX (Alemanha, Inglaterra, França)”, em F. M. Pires, M. Suano (coords.), *Antigos e Modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*, São Paulo, Alameda, 2009, pp. 71-98.

[9] E. Dussel, “Europa, modernidade e eurocentrismo”, em E. Lander (coord.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*, Buenos Aires, Clacso, 2005, p. 59.

[10] A. Quijano, “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, em E. Lander, *Op. cit.*, p. 250.

[11] K. Wilson & J. van der Dussen (Coords.), *The history of the idea of Europe*, London, Routledge, 1996, pp. 37, 46.

[12] W. Reinhard, “Sprachbeherrschung und Weltherrschaft. Sprache und Sprachwissenschaft in der europäischen Expansion”, em W. Reinhard (Coord.), *Humanismus und Neue Welt*, Weinheim, Acta Humaniora, 1987, pp. 1-2.

[13] *Ibid*, p. 14.

[14] E. Lander, “Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos”, em E. Lander, *Op. cit.*, p. 26.

[15] T. Cezar, “A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis”, em M. L. S. Guimarães (Coord.), *Estudos sobre a escrita da história*, Rio de Janeiro, 7Letras, 2006, pp. 36-37.

[16] Ver o ensaio de R. Koselleck, “*Historia magistra vitae*”, em R. Koselleck, *Futuro Pasado: Para una Semántica de los Tiempos Históricos*, Barcelona, Paidós, 1993, pp. 41-66.

[17] K. Kohut, “Humanismus und Neue Welt im Werk von Gonzalo Fernández de Oviedo”, em W. Reinhard, *Op. cit.*, p. 74.

[18] “Los que no las han visto o no han leído, pensarán que en estas y otras cosas yo me alargo; y en verdad, antes me tengo atrás, porque soy amigo de no perder mi crédito y de conservarle en

todo cuanto pudiere. Y para este efeto busco testigos algunas veces en los auctores antiguos, para que me crean como auctor moderno e que hablo de vista, contando estas cosas a los que están apartados destas nuestras Indias, porque acá, quantos no fueron ciegos, las veen” (*Ibid*, 78, nota 44).

[19] Ver B. Rech, “Bartolomé de Las Casas und die Antike”, em W. Reinhard, *Op. cit.*, pp. 143-166. Essa retomada dos clássicos não se limitou aos primeiros cronistas: também poetas serviram-se dos modelos épicos de Homero e Virgílio para narrar a conquista da América, incorporando vários elementos da mitologia greco-romana. Cf. A. Vilanova, “La influencia de la mitología clásica en la literatura hispanoamericana colonial: los casos de Venezuela y Colombia en el siglo XVIII”, em *Actual*, 41 (1999) ([http://vereda.saber.ula.ve/mun\\_clas/geinves/influenciaviii.htm](http://vereda.saber.ula.ve/mun_clas/geinves/influenciaviii.htm)).

[20] K. Kohut, “El humanismo español y América en el siglo XVI”, em Antonio Vilanova (Coord.), *Actas del X Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*, Barcelona, Promociones y Publicaciones Universitarias, 1992, v. 1, p. 480.

[21] W. D. Mignolo, “A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade”, em E. Lander, *Op. cit.*, p. 81.

[22] *Ibid*, 85.

[23] “Discurso pronunciado por el Libertador ante el Congreso de Angostura”, citado por C. Altamirano, “Idéias para um programa de História intelectual”, *Tempo social*, 19 (2007), p. 15.

[24] M. Bernal, *Black Athena: The Afroasiatic roots of classical civilization*, New Brunswick, Rutgers University Press, 1987.

[25] E. Lander, “Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos”, em E. Lander, *Op. cit.*, pp. 22, 34.

